

# GAZETA MERCANTIL

Sábado, 17, e segunda-feira, 19 de outubro de 1992

DIRETORIA  
**Diretor-Presidente**  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
**Diretores Vice-Presidentes**  
Henrique Alves de Araújo  
Roberto Muller Filho  
Roberto de Souza Ayres  
José Andretto Filho

Página 4

Não esperaríamos da atual equipe econômica gestos de grande ousadia. Mas, certamente, a nossa expectativa era de que o governo agisse com senso de oportunidade, aproveitando o crédito de confiança que lhe dá a população e fazendo uso criativo da base parlamentar que vem consolidando na formação do Ministério.

Observa-se, porém, que os responsáveis pela política econômica vêm-se deixando dominar por uma visão de curto prazo, casuística mesmo, apesar das críticas que o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, faz ao governo anterior justamente por isso. É possível concordar com ele que o País vive há anos em função do fluxo de caixa do Tesouro Nacional, não se dando a um programa de desenvolvimento a médio e longo prazo a importância que merece. Pergunta-se: e o que faz a equipe econômica para mudar essa concepção?

Nas duas primeiras semanas de governo, a mais brilhante idéia que brotou na cabeça dos responsáveis pela condução da política econômica para encaminhar o País para novos rumos foi instituir um novo tributo, o Imposto sobre Transações Financeiras (ITF),

## Um novo imposto casuístico, não

que deverá incidir sobre todas ou sobre a maioria das transações financeiras, sendo a alíquota, ao que se informa, de 0,3%, dividida em duas pontas. Um emitente de um cheque, por exemplo, pagaria 0,15% de seu valor e o beneficiário outro tanto. Claro, no caso de depósito em outro banco de um cheque do próprio emitente, ele arca com os 0,3% integrais.

Há justificativas: esse tributo, de onerosa operacionalização, atingiria a todos. Não só as empresas legitimamente estabelecidas, os assalariados que recebem através de crédito em conta corrente pagariam o tributo. Também os operadores na economia informal, esse vasto lençol freático do mundo dos negócios, não escapariam, pois não poderiam (?) prescindir de cheques.

Para o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o imposto não é o ideal, mas é a única alternativa até que se faça um ajuste fiscal mais profundo. O que Gros não responde, nem Haddad nem o ministro da Econo-

mia, Gustavo Krause, é por que razão não se faz agora uma proposta de uma reforma fiscal mais abrangente?

Se é por falta de condições políticas, qual seria então a lógica da montagem do Ministério de Itamar Franco, que configura um arco de alianças partidárias que nem mesmo o presidente Tancredo Neves conseguiu armar. Na última semana, por sinal, o PTB, através do senador José Eduardo de Andrade Vieira, integrou-se à frente, na qualidade de ministro da Indústria, Comércio e Turismo. Falta apenas o PDS para que as mais expressivas bancadas no Congresso estejam representadas no gabinete de Itamar, e não será surpresa alguma a adesão desse partido nos próximos dias. Seria esse Ministério uma salada de siglas, um loteamento de cargos, sem nenhum elemento nutritivo que contribua para a solução dos problemas nacionais a mais longo prazo? Preferimos crer que um governo de coalizão como este tem de resultar em algo de ef-

tivo e a oportunidade para prová-lo está aí à sua porta.

Já aqui nos referimos à questão de emendas constitucionais que poderiam vir a ser necessárias para um ajuste fiscal-tributário. Como se sabe, são necessários três quintos ou 60% dos votos no Congresso, em dois turnos, o que exigiria um trabalho paciente de arregimentação política. Mas será que o atual governo tem medo de enfrentar esse teste?

Admitimos que uma reforma que interfira com os interesses dos estados e municípios não passará; admitimos que o ajuste não possa ser feito em sua integridade em uma primeira fase; e reconhecemos que o tempo é exiguo. Mas estamos convictos de que a sociedade repudia um novo imposto de natureza "transitória". Seria muito, muito melhor se o governo apresentasse um projeto articulado de reforma e lutasse por aprovar o que puder ser aprovado.

O País está cansado de soluções improvisadas e tem o direito de exigir uma nova estrutura tributária com um sentido de permanência, algo, enfim, em que se possa acreditar.